Correspondência à Autora

¹ Alan Sérgio Mazzari

E-mail: asmazzari@hotmail.com

Universidade Federal do Amazonas
Itacoatiara, AM, Brasil

Cv Lattes

<http://lattes.cnpq.br/5992256754862761>

Submetido: 06 abr. 2020

Aceito: 13 jul. 2020

Publicado: 16 jul. 2020

[doi> 10.20396/riesup.v7i0.8659088](https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8659088)

e-location: e021025

ISSN 2446-9424

Checamagem Antiplágio

Distribuído sobre

Políticas de Acesso à Educação Superior: Uma Análise no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia / Universidade Federal do Amazonas

Alan Sérgio Mazzari ¹ <https://orcid.org/0000-0001-7187-7377>

Nádia Maciel Falcão ² <https://orcid.org/0000-0002-3196-0341>

Ramon Fica Carrasco ³ <https://orcid.org/0000-0002-5098-3346>

^{1,2} Universidade Federal do Amazonas, ³ Universidade Nacional de Rosario

RESUMO

O artigo aborda as formas de acesso adotadas no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas – ICET/UFAM, analisando a relação estabelecida com o processo de democratização do acesso à educação superior à população em condição socioeconômica desfavorável. Baseia-se em resultado de pesquisa realizada no período de 2018, com emprego de análise bibliográfica e documental. Trata-se de um estudo de cunho explicativo e descritivo, caracterizado como um estudo de caso com abordagem quantitativo-qualitativo. Os resultados apontam que a distribuição das vagas totais entre reserva de vagas e ampla concorrência tem ocorrido de forma progressiva no ICET/UFAM, em cumprimento as determinações das Leis n. 12.711 de 2012 e n. 13.409 de 2016. De igual modo, a disponibilização e distribuição das vagas entre as diversas categorias de reserva de vagas têm ocorrido de forma progressiva. Foi possível verificar que as ações afirmativas são políticas públicas educacionais voltadas ao acesso à educação superior pública dos grupos sociais mais desfavorecidos ou discriminados e têm contribuído no combate à desigualdade e discriminação.

PALAVRAS-CHAVE

Processos seletivos. Ações afirmativas. Democratização.

Access Policies to Higher Education: An Analysis at the Institute of Exact Sciences and Technology / Federal University of Amazonas

ABSTRACT

The article addresses the forms of access adopted at the Institute of Exact Sciences and Technology of the Federal University of Amazonas - ICET / UFAM, analyzing the relationship established with the process of democratizing access to higher education to the population in an unfavorable socioeconomic condition. It is based on the result of a research carried out in the period of 2018, using bibliographic and documentary analysis. It is an explanatory and descriptive study, characterized as a case study with a quantitative-qualitative approach. The results show that the distribution of total vacancies between the reservation of vacancies and wide competition has been progressively occurring at ICET / UFAM, in compliance with the provisions of Laws no. 12,711 of 2012 and n. 13,409 of 2016. Likewise, the availability and distribution of vacancies among the different categories of vacancies has been progressively taking place. It was possible to verify that affirmative actions are public educational policies aimed at accessing public higher education for the most disadvantaged or discriminated social groups and have contributed to the fight against inequality and discrimination.

KEYWORDS

Selection processes. Affirmative actions. Democratization

Políticas de Acceso a la Educación Superior: Un Análisis en el Instituto de Ciencias Exactas y Tecnología / Universidad Federal de Amazonas

RESUMEN

El artículo aborda las formas de acceso adoptadas en el Instituto de Ciencias Exactas y Tecnología de la Universidad Federal de Amazonas - ICET/UFAM, analizando la relación establecida con el proceso de democratización del acceso a la educación superior a la población en condiciones socioeconómicas desfavorables. Se basa en el resultado de una investigación realizada en el período de 2018, utilizando análisis bibliográfico y documental. Es un estudio explicativo y descriptivo, caracterizado como un estudio de caso con un enfoque cuantitativo-cualitativo. Los resultados muestran que la distribución del total de vacantes entre la reserva de vacantes y la amplia competencia ha estado ocurriendo progresivamente en ICET/UFAM, de conformidad con las disposiciones de las Leyes no. 12.711 de 2012 y n. 13,409 de 2016. Asimismo, la disponibilidad y distribución de vacantes entre las diferentes categorías de vacantes ha tenido lugar progresivamente. Se pudo verificar que las acciones afirmativas son políticas educativas públicas destinadas a acceder a la educación superior pública para los grupos sociales más desfavorecidos o discriminados y que han contribuido a la lucha contra la desigualdad y la discriminación.

PALABRAS CLAVE

Procesos de selección. Acciones afirmativas. Democratización.

Introdução

O artigo discute as políticas de democratização do acesso à educação superior, trazendo como recorte, a análise dos processos seletivos com reservas de vaga adotadas no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas – ICET/UFAM, o qual está situado no Município de Itacoatiara/AM.

Resulta de pesquisa realizada em nível de pós-graduação, articulado à dissertação de mestrado que teve como um dos objetivos a preocupação em descrever as formas de acesso adotadas no ICET/UFAM ao longo do seu desenvolvimento com vistas ao direito e à democratização do acesso da população em condição socioeconômica desfavorável.

Dentre as motivações para a realização da pesquisa, destaca-se o pertencimento de um dos autores ao quadro docente do Instituto pesquisado. A imersão profissional naquela realidade favoreceu a sensibilidade do olhar para com a diversidade do público estudantil que ingressava na instituição, deixando clara a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre aquelas realidades tanto para o melhor cumprimento das atividades acadêmicas, quanto para o avanço do conhecimento acerca do tema, considerando a realidade das pequenas cidades brasileiras.

Na interlocução acadêmica com os demais autores, a questão de pesquisa se desenhou e foi desenvolvida dentro dos fundamentos da área das políticas públicas de educação, debruçando-se sobre um tema de grande relevância na agenda de pesquisa da área da educação nos últimos anos, qual seja, o processo de democratização do acesso às Universidades Públicas pela adoção de políticas afirmativas.

Considerando que o problema do acesso à educação superior configurou-se no Brasil como um problema perpassado pela origem socioeconômica dos indivíduos, de modo que para as elites e, posteriormente as camadas médias da sociedade a educação superior já figurava no projeto formativo idealizado para sua juventude, corrobora-se com Souza (2007, p. 75) na afirmativa de que:

A democratização do acesso a Educação Superior é entendida como a possibilidade de se aumentar o acesso de estudantes de classe social menos favorecida e de se garantir a inclusão de membros de todas as classes sociais a bons cursos em IES de boa qualidade, já que a existência de talentos para cursá-los está distribuída entre as várias classes sociais e econômicas.

As políticas educacionais, especialmente, aquelas de ações afirmativas, são políticas públicas de inclusão, que buscam a efetivação dos direitos subjetivos da população que compõem os mais baixos estratos da distribuição socioeconômica. De acordo com Carmo *et al.* (2015, p. 18) as políticas públicas podem ser entendidas como “medidas sociais que acompanham, em certo momento apropriado, as demandas da população e as decisões de governo”. Nesse caso, a demanda em questão é o acesso a Educação Superior.

Partindo destes pressupostos objetiva-se, neste estudo, discutir as formas de ingresso adotadas no ICET/UFAM nas relações estabelecidas com o processo de democratização do acesso à população provenientes das camadas mais empobrecidas da população.

O enquadramento metodológico da pesquisa contemplou inicialmente um processo de revisão da literatura e análise bibliográfica baseada em autores que abordam o tema, e em seguida, realizou-se a imersão na realidade particular pesquisada, por meio da análise documental de resoluções, editais e leis relacionadas ao objeto de pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo e descritivo, caracterizada como um estudo de caso com abordagem quantitativo-qualitativa.

Além desta introdução, o texto organiza-se em quatro seções que têm o intuito de articular o enquadramento teórico, os resultados e as conclusões a que se chegou com a pesquisa. Assim, na primeira seção apresentam-se concepções de políticas públicas e democratização da educação superior, fundamentando-se em autores que se dedicam à compreensão da temática. Na segunda seção, contextualizam-se os processos seletivos adotados no ICET, sendo complementada pela terceira seção, que descreve as formas de ingresso e as configurações do processo de reserva de vagas no ICET e pelas considerações finais que expõem as conclusões dos autores.

Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior: Aproximações Conceituais e Reflexões Sobre o Processo de Democratização

A definição de política pública para Souza (2006, p. 25) assume, em geral “uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores”. As políticas públicas educacionais buscam compreender as ações, leis, planos, programas e projetos do governo vinculado ao sistema educacional (BORGES; ARAÚJO; PEREIRA, 2013).

Em relação às mudanças na educação superior, de acordo com Marques (2018, p. 663) “para se incentivar e fornecer bases em novas pesquisas e intervenções de educadores é preciso ter a noção das políticas educacionais executadas, agregando assim, um suporte teórico e histórico de impactos e consequências vividos nesse período”.

Para isso, é necessário questionar se na educação superior do Brasil, as políticas de inclusão social podem ser consideradas de redistribuição de oportunidades. Ristoff (2013, p. 20) considera que:

Sendo a origem social e a situação econômica da família do estudante, sem dúvida, fatores determinantes na trajetória do jovem pela educação superior, as políticas públicas de acesso e permanência assumem papel central na inclusão dos grupos historicamente excluídos, em uma trajetória de democratização da universidade brasileira.

Em relação às ações afirmativas na educação superior, para Cordeiro (2013) o Estado iniciou o processo de expansão da educação superior pautado no desenvolvimento sustentável baseado na inclusão social, adotando ações afirmativas, vivenciando mudanças importantes na sua forma de gerenciar estrategicamente as políticas públicas. Em consequência da pressão dos movimentos sociais na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Essas ações afirmativas na educação superior, mais precisamente as políticas de acesso “constituem um passo importante para retirar da pobreza e dos baixos níveis de escolarização grande parte da sociedade brasileira, possibilitando ao país um desenvolvimento baseado na inclusão social” (CORDEIRO, 2013, p 302).

Analisar a política de cotas com base nas categorias gênero, classe social, raça e etnia pode nos oferecer elementos consideráveis do real avanço social promovido pelas políticas educacionais, do que ainda serve de entrave, nos demandando elementos importantes para avaliação desta política. Além de possibilitar visualizar se está havendo mobilidade social, se o imaginário coletivo discriminatório tem se transformado, e se de fato e de direito o Brasil está efetivamente e de forma eficaz vivenciando um desenvolvimento social e econômico que inclui socialmente grupos antes relegados a situações de pobreza e miséria (CORDEIRO, 2013, p 303).

Nessa perspectiva, verificou-se que ações afirmativas são políticas pontuais que destinam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos que sofreram ou sofrem discriminação pela exclusão socioeconômica e cultural.

A Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016, prevê que metade das vagas de todos os concursos seletivos para ingresso nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) federais vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) deva ser reservada aos estudantes que estudaram todo o nível médio em escolas públicas. Uma parte dessas vagas deve, no entanto, ser reservadas para estudantes autodeclarados pardos, negros, indígenas e com deficiência, e a outra parte aos estudantes com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita (BRASIL, 2016).

Com relação às cotas enquanto política de ação afirmativa na educação superior “a democratização do acesso à educação pública superior carece de política de cotas, como forma de ascensão social para as camadas mais pobres da sociedade, para os grupos que se encontram sub-representados na população estudantil universitária” (AMARAL; MELLO, 2013, p. 39).

No centro desta discussão sobre democratização do acesso à educação superior, há que se considerar a polissemia da palavra democracia, a qual pode apresentar significados diferentes e peculiares para cada indivíduo (SOUZA, 2007; BARROS, 2015). Colaborando com esse pensamento “estes significados são decorrentes da ideologia dos sujeitos e da forma como eles compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (BARROS, 2015, p. 371).

Neste estudo, embora o objeto restrinja-se a analisar as políticas de ingresso, assume-se como perspectiva de análise, a noção de democratização circunscrita não somente ao acesso, como também às condições para permanência e a qualidade socialmente referenciada do ensino. Processo que se completa na concepção de uma educação na perspectiva da inclusão de todos.

Entende-se que as políticas de acesso para inclusão de membros de todas as classes sociais, ainda que sejam fundamentais neste momento histórico, não são suficientes para garantir a democratização da educação superior no Brasil, sendo necessárias políticas de permanência e conclusão dos estudantes nos cursos de graduação da educação superior pública. Silva; Moraes; Vargas (2015, p. 5) consideram que:

Para que haja uma democratização de fato é necessário que os estudantes, provenientes de classes populares sejam aparados durante o acesso, permanência e conclusão do curso superior. Por isso, achamos necessário o estudo das políticas de acesso e permanência, assim como também, a trajetória de vida desses universitários para compreendermos como e se essas políticas são eficazes.

As políticas afirmativas têm o objetivo de promover a igualdade educacional dos membros de uma comunidade a partir de uma educação de qualidade socialmente referenciada que combina quantidade e qualidade. Mas, na prática, observa-se que estas duas variáveis (quantidade-qualidade) nem sempre caminham juntas, pois os programas estão orientados mais para o alcance de metas quantitativas, relegando a um segundo plano os aspectos qualitativos.

No quadro referencial das políticas públicas de educação construídas a partir dos anos 1990, como desdobramento das imposições dos organismos internacionais, dentro da perspectiva neoliberal, observa-se até mesmo o paradoxo da subsunção da qualidade aos modelos e métricas quantitativistas e standardizantes, que estabelecem os chamados padrões de qualidade desconsiderando realidades específicas e condições preexistentes nas instituições e localidades.

De acordo com Souza (2007) a relação dialética entre quantidade e qualidade é dissociada nas políticas educacionais brasileiras. Já no que se refere à educação superior, atualmente, as discussões ainda se encontram no âmbito quantitativo, pois ainda não ocorreu a universalização do acesso à educação.

Nenhum exame ou programa democratizará o acesso ao ensino superior sem que este passe por mudanças profundas que garantam mais vagas nas instituições públicas, ampliação do corpo docente e técnico-administrativo efetivo, melhoria na política de qualificação dos docentes, ampliação de bolsas de monitoria e pesquisa, assistência estudantil, aumento da estrutura física das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, investimentos na educação básica para a melhoria da qualidade de ensino, entre outras condições necessárias (PAULA; MORAES, 2015).

A política educacional, estando vinculada a interesses políticos mais amplos, expressa os diferentes graus de entendimento do papel do poder público diante das efetivas demandas sociais, tanto nas questões de financiamento como na forma de gestão. Todavia, mesmo

considerando-se as limitações da política educacional, entende-se que existem possibilidades de implementação de ações que possam resultar em melhorias para o processo de aprendizagem do exercício da democracia (BARBOSA, 2012). Nesse sentido, “quando a escola assume uma política educacional democrática, conseqüentemente permite uma maior eficiência social e educacional, além de incluir em seu currículo, a formação para a cidadania e a formação de pessoas éticas e autônomas” (BORGES; ARAÚJO; PEREIRA, 2013, p. 70).

Para Daflon; Feres Júnior; Campos (2013, p. 306) às ações afirmativas “foram adotadas somente a partir do processo de redemocratização do país, quando diferentes grupos e organizações sociais, antes silenciados pelo regime autoritário, passaram a demandar direitos abertamente”. Colaborando com esse pensamento, as ações afirmativas visam promover o acesso ao ensino superior atendendo à população historicamente menos favorecida (CARMO *et al.*, 2015). Essas ações afirmativas de reserva de vagas voltadas aos estudantes de escolas públicas, aos estudantes pardos, negros indígenas e com deficientes, e aos estudantes de baixa renda são medidas de democratização do acesso as IES públicas.

Em relação às políticas de inclusão na educação superior brasileira, para Paula (2017) à expansão de vagas observada nas IES públicas são acrescentados iniciativas para fomentar o ingresso da população de baixa renda e de grupos sociais discriminados. Nesse sentido, tem crescido a preocupação na implementação de políticas públicas de ações afirmativas voltadas à permanência dos estudantes. Colaborando com esse pensamento “como não temos vagas para todos nas IES públicas, que sejam adotadas políticas institucionais que envolvam as dimensões do acesso e da permanência, para que efetivamente se democratize a educação superior” (BARBOSA, 2013, p. 107).

De acordo com Reis (2008, p. 124) “diante da diversificada estruturação da educação superior no Brasil, os maiores desafios para a democratização do acesso a educação é romper a brutal desigualdade educacional e desigualdade de renda que se instalaram no País”.

Diante do exposto, a efetiva democratização do acesso à educação superior deve vir acompanhada de políticas que auxiliem os estudantes e contribuam para minimizar as situações de repetência e evasão, de modo a contribuir com maior justiça social. Para isso se faz necessário maior preocupação das IES com a inclusão e que, portanto, precisam ser criadas políticas para a permanência e o sucesso dos estudantes na educação superior, principalmente quando estes estudantes apresentam dificuldades decorrentes da sua trajetória na educação básica.

Reserva de Vagas no ICET

No período entre 2007 e 2012, todas as vagas oferecidas pelo Processo Seletivo Macro Verão (PSMV) no ICET eram destinadas à ampla concorrência. No entanto, a partir de 2013 as vagas oferecidas passaram a ser destinada de forma gradativa, também a Reserva de vagas. Na tabela 1 é possível observar que a reserva de vagas no ano de 2013 representou apenas

22,68% do total de vagas oferecidas pelo PSMV no ICET, passando a representar nos dois anos seguintes, 47,06% (2014) e 44,64% (2015), cumprindo as determinações das Leis n. 12.711 de 2012 e n. 13.409 de 2016.

Tabela 1. PSMV – vagas totais oferecidas pelo ICET e sua distribuição entre ampla concorrência e reserva de vagas.

Ano	Total de vagas ofertadas pelo ICET	Ampla concorrência	Reserva de vagas
2007	300	300	--/--
2008	261	261	--/--
2009	209	209	--/--
2010	278	278	--/--
2011	193	193	--/--
2012	160	160	--/--
2013	97	75	22
2014	51	27	24
2015	56	31	25

Fonte: construção própria a partir de dados dos editais do PSMV (BRASIL. UFAM, 2007a, 2009b, 2010, 2011a, 2012a, 2013a, 2014a e 2015a).

E na tabela 2 é possível observar que durante os três anos em que foi disponibilizado reserva de vagas por meio do PSMV. Tais vagas foram distribuídas apenas entre duas categorias PPI1 e PPI2, apesar de o PSMV ter adotado no ano de 2015 mais duas categorias NDC1 e NDC2.

Tabela 2. PSMV – Reserva de vagas do ICET e sua distribuição.

Ano	Reserva de vagas	PPI1	NDC1	PPI2	NDC2
2013	22	10	--/--	12	--/--
2014	24	11	--/--	13	--/--
2015	25	14	00	11	00

Fonte: construção própria a partir de dados dos editais do PSMV (BRASIL. UFAM, 2013a, 2014a e 2015a).

No período entre 2008 e 2013, todas as vagas oferecidas pelo Processo Seletivo Contínuo (PSC) no ICET eram destinadas à ampla concorrência. Somente a partir de 2014 as vagas oferecidas passaram a ser destinadas também à reserva de vagas. Na tabela 3 é possível verificar que essa reserva ocorreu de forma gradativa e no ano de 2014 representou apenas 28% do total de vagas oferecidas pelo PSC no ICET, passando a representar 40% em 2015 e 52% nos anos de 2016 a 2018, cumprindo as determinações das Leis n. 12.711 de 2012 e n. 13.409 de 2016.

Tabela 3. PSC – vagas totais oferecidas pelo ICET e sua distribuição entre ampla concorrência e reserva de vagas.

Ano	Total de vagas ofertadas pela UFAM	Ampla Concorrência	Reserva de vagas
2008	150	150	--/--
2009	150	150	--/--
2010	150	150	--/--
2011	175	175	--/--
2012	225	225	--/--
2013	225	225	--/--
2014	225	162	63
2015	225	135	90
2016	225	108	117
2017	225	108	117
2018	225	108	117

Fonte: construção própria a partir de dados dos editais do PSC (BRASIL. UFAM, 2007b, 2008a, 2009a, 2011b, 2012b, 2013b, 2014b, 2015b, 2016b e 2017b).

E na tabela 4 é possível observar que no ano de 2014 o ICET ofertou vagas apenas para duas das quatro categorias disponíveis para aquele ano PPI1 e PPI2. Nos três anos seguintes, o ICET também passou a ofertar vagas em mais duas categorias disponíveis NDC1 e NDC2. Por fim, no ano de 2018, o ICET passou a ofertar vagas em outras duas categorias PPI1-PCD e PPI2-PCD de quatro novas categorias disponíveis para aquele ano.

Tabela 4. PSC – Reserva de vagas do ICET e sua distribuição.

Ano	Reserva de Vagas	PPI1	PPI1-PCD	NDC1	NDC1-PCD	PPI2	PPI2-PCD	NDC2	NDC2-PCD
2014	63	36	--/--	00	--/--	27	--/--	00	--/--
2015	90	36	--/--	09	--/--	36	--/--	09	--/--
2016	117	54	--/--	09	--/--	45	--/--	09	--/--
2017	117	54	--/--	09	--/--	45	--/--	09	--/--
2018	117	36	09	18	00	36	09	09	00

Fonte: construção própria a partir de dados dos editais do PSC (BRASIL. UFAM, 2013b, 2014b, 2015b, 2016b e 2017b).

Nos quatro primeiros anos do Processo Seletivo para o Interior (PSI), 2016 a 2019, as vagas totais oferecidas pelo ICET foram distribuídas entre a ampla concorrência e a reserva de vagas. Na tabela 5, é possível verificar que nesses anos a distribuição das vagas totais ofertadas pelo ICET entre reserva de vagas e ampla concorrência ocorreu de forma homogênea, cumprindo as determinações das Leis n. 12.711 de 2012 e n. 13.409 de 2016.

Tabela 5. PSI – vagas totais oferecidas pelo ICET e sua distribuição entre Ampla Concorrência e Reserva de vagas.

Ano	Total de vagas ofertadas pelo ICET	Ampla Concorrência	Reserva de vagas
2016	42	20	22
2017	37	19	18
2018	86	40	46
2019	243	118	125

Fonte: construção própria a partir de dados dos editais do PSI (BRASIL. UFAM, 2016c, 2017a, 2018 e 2019).

É possível observar que nos dois primeiros anos (2016-2017) foram disponibilizadas reserva de vagas pelo PSI, porém as mesmas foram distribuídas apenas entre duas categorias PPI1 e PPI2, apesar de ter adotado desde sua criação em 2016, mais duas categorias NDC1 e NDC2. Nos dois anos seguintes, o PSI adotou mais duas categorias PPI1-PcD e PPI2-PcD, no entanto, só em 2017 foram oferecidas vagas nas seis categorias (tabela 6).

Tabela 6. PSI – Reserva de vagas do ICET e sua distribuição.

Ano	Reserva de vagas	PPI1	PPI1- PcD	NDC1	PPI2	PPI2- PcD	NDC2
2016	22	13	--	00	09	--	00
2017	18	11	--	00	07	--	00
2018	46	21	05	00	17	03	00
2019	125	43	09	13	38	09	13

Fonte: construção própria a partir de dados dos editais do PSI (BRASIL. UFAM, 2016c, 2017a, 2018 e 2019).

Diante do exposto, foi possível verificar que no ICET, a partir de 2013, a distribuição das vagas totais passou a ser ofertadas entre reserva de vagas e ampla concorrência e ocorreram de forma homogênea e, que a disponibilização das categorias de reserva de vagas e consequentemente a distribuição das ofertas de vagas também ocorreram de forma progressiva, cumprindo as determinações das Leis n. 12.711 de 2012 e n. 13.409 de 2016.

Breve Histórico dos Processos Seletivos Adotados Pelo ICET

Desde sua criação em 2007 até os dias de hoje, o ICET tem adotado cinco Processos Seletivos diferentes como ferramenta para o acesso a Educação Superior: PSMV, PSC, Sistema de Seleção Unificada/Exame Nacional do Ensino Médio (SiSU/ENEM), Processo Seletivo Extramacro (PSE) e PSI, conforme o quadro 1.

Quadro 1. Processos Seletivos adotados no ICET e sua distribuição no decorrer dos anos.

Ano	Processos seletivos adotadas no ICET
2007	PSMV.
2008	PSC e PSMV.
2009	PSC e PSMV.
2010	PSC, SiSU/ENEM e PSMV.
2011	PSC, SiSU/ENEM e PSMV.
2012	PSC, SiSU/ENEM e PSMV.
2013	PSC, SiSU/ENEM, PSMV e PSE.
2014	PSC, SiSU/ENEM, PSMV e PSE.
2015	PSC, SiSU/ENEM e PSMV.
2016	PSC, SiSU/ENEM e PSI.
2017	PSC, SiSU/ENEM e PSI.
2018	PSC, SiSU/ENEM e PSI.
2019	SiSU/ENEM e PSI.

Fonte: construção própria a partir de dados de resoluções e edital dos processos seletivos PSMV, PSC, SiSU/ENEM e PSI.

Em 2007, no primeiro ano de funcionamento dos cursos de graduação do ICET, o concurso vestibular ou PSMV, por meio da Resolução n. 017 de julho de 1998, foi o único processo seletivo adotado como ferramenta de acesso a Educação Superior. O PSMV deu continuidade no interior ao concurso vestibular ou Processo Seletivo Macro (PSM) adotado pela Universidade do Amazonas (UA) em 1998, como ferramenta de acesso aos cursos de graduação da capital para o ano letivo de 1999 (BRASIL. UA, 1998a) e foi utilizado até o ano de 2009. Neste mesmo período, com a Resolução n. 018 de julho de 1998 nos cursos da capital também passou a ser adotado o PSC como ferramenta de acesso aos seus cursos de graduação (BRASIL. UA, 1998b). No entanto, ainda em maio de 2009, a Resolução n. 005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) adotou o ENEM como critério único de seleção para 50% das vagas a ser oferecidas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em todos os processos seletivos, da capital e do interior, com ingresso em 2010 (BRASIL. UFAM, 2009c). Com isso, a partir deste ano, o PSM foi substituído pelo ENEM, que juntamente com o PSC passaram a ser os dois processos seletivos adotados para o preenchimento das vagas iniciais oferecidas pelos cursos de graduação da capital.

O ICET, nos anos de 2008 e 2009, com a Resolução n. 026 de abril de 2006 também passou a adotar o PSC como ferramenta de acesso a Educação Superior, com 50% das vagas oferecidas por curso de graduação (BRASIL. UFAM, 2006a), paralelamente ao PSMV. No entanto, a partir de 2010, por meio da Resolução n. 005 de maio de 2009 do CONSEPE, o PSMV foi substituído pelo ENEM (BRASIL. UFAM, 2009c), que juntamente com o PSC passaram a ser os dois processos seletivos adotados no interior para o preenchimento de 100% das vagas iniciais oferecidas por curso de graduação (50% das vagas para cada um dos dois processos), e o PSMV passou a ser adotado apenas para preenchimento das vagas remanescentes desses dois processos. Esse modelo pendurou até o ano de 2015, sendo que neste período, a Câmara de Ensino de Graduação (CEG), adotou no interior o PSE para o preenchimento de vagas ociosas em seus cursos de graduação, no ano de 2013 com a Resolução n. 024 de maio de 2012 (BRASIL. UFAM, 2012b) e no ano de 2014 com a Resolução n. 047 de outubro de 2014 (BRASIL. UFAM, 2014c).

No ano de 2016, com a Resolução n. 043 de dezembro de 2015 o ICET deu continuidade ao ENEM e o PSI passou a ser adotado no lugar do PSC para a oferta de no mínimo 50% das vagas aos seus cursos de graduação (BRASIL. UFAM, 2015c). No entanto, a oferta de vagas mediante o PSC deixou de ser realizada, gradativamente, até que fosse concluído o ciclo iniciado de 2015. Com isso, na prática, de 2016 a 2018, o PSI foi adotado apenas para o preenchimento das vagas remanescentes do ENEM e PSC. Nesse mesmo período, o PSMV deixou definitivamente de ser ofertado. A partir de 2019, o ICET passou a utilizar o ENEM e o PSI para as vagas iniciais oferecidas por seus cursos de graduação, e o PSE, era utilizado apenas quando da necessidade do preenchimento de vagas ociosas.

No que concerne ao processo de reserva de vagas, apura-se que gradativamente os processos seletivos adotados pela instituição, foram se ajustando para atender à legislação nacional.

Contextualização dos Processos Seletivos Adotados Pelo ICET

O ICET/UFAM, criado no ano de 2007 como parte da política de expansão da Universidade Federal do Amazonas para o interior do estado, representou um marco na ampliação do acesso à educação superior no município de Itacoatiara e regiões vizinhas. Para contextualização do objeto deste estudo, importa destacar o marco normativo institucional que regulamenta os processos seletivos adotados no ICET.

Em maio de 2002, o CONSEPE estabeleceu normas para a realização do PSC, para ingressos nos Cursos de Graduação a partir do Projeto 2005, em substituição às estabelecidas pelas resoluções n. 018/1998 e n. 014/2000 do CONSEP (Resolução n. 027, 2002). No Art. 2º da Resolução n. 027 os objetivos do PSC passaram a ser:

- I – Selecionar candidatos aos cursos de graduação oferecidos pela Universidade do Amazonas que estejam cursando o Ensino Médio;
- II – Propiciar condições para uma avaliação progressiva dos conhecimentos dos alunos do Ensino Médio;
- III – Oportunizar aos alunos do Ensino Médio mais 40% (quarenta por cento) das vagas oferecidas pelo PSM àqueles que já concluíram o Ensino Médio (BRASIL. UA, 2002).

O Art. 4º da resolução diz que “somente ingressarão no PSC alunos que estejam cursando a 1ª série do Ensino Médio em estabelecimentos de ensino autorizados para funcionamento pelo Conselho Estadual de Educação (CEE)”. Parágrafo Único “Os candidatos que estiverem cursando a 2ª ou 3ª série do Ensino Médio só poderão se inscrever se tiverem participado das Etapas anteriores do Projeto correspondente” (BRASIL. UA, 2002).

No mesmo ano, em julho de 2002, a Resolução n. 036 do CONSEPE disciplina o remanejamento de vagas excedentes do PSC para o PSM e vice-versa. Assim, foi autorizado em seu Art. 1º o remanejamento de vagas do PSC para o PSM e vice-versa para o mesmo ano de ingresso quando tais vagas não forem preenchidas em virtude da ausência de candidatos aprovados em qualquer dos Processos Seletivos. O Art. 2º, por sua vez, estabeleceu que “o preenchimento das mencionadas vagas se dê nos mesmos cursos e de acordo com a ordem constante da lista de aprovação e classificação final do processo seletivo no qual haja candidatos aprovados nos respectivos cursos” (BRASIL. UFAM, 2002).

Em 2006, a Resolução n. 026 de abril de 2006 do CONSEPE alterou o inciso III do Art. 2º da Resolução n. 027/2002 do mesmo Conselho, que trata do PSC, para ingresso nos cursos de graduação da UFAM, passando a vigorar com a seguinte redação:

- III – Oportunizar aos alunos concluintes do ensino médio que estejam participando do PSC: Mais 40% (quarenta por cento) das vagas oferecidas através do PSM, para cursos oferecidos no município de Manaus; 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas, por curso, a partir de 2007, para cursos oferecidos nas Unidades Acadêmicas Permanentes fora do município de Manaus (BRASIL.UFAM, 2006a).

Já em maio de 2006, a Resolução n. 027 do CONSEPE alterou a Resolução n. 040/2004, de 13 de maio de 2004 do mesmo conselho, que dispõe sobre o PSM para admissão aos cursos de graduação oferecidos pela UA. No art. 1º parágrafo único o PSM tinha por objetivo:

Selecionar candidatos para o ingresso nos cursos de graduação da UFAM, verificando os conhecimentos adquiridos pelos candidatos no ensino médio, envolvendo o domínio do conteúdo das matérias, a capacidade de interpretar dados e fatos, e a capacidade de organizar suas ideias e de exprimi-las com clareza (BRASIL. UFAM, 2006b).

Em 2009, a Resolução n. 005 de maio 2009 do CONSEPE adotou o ENEM como critério único de seleção para 50% das vagas a ser oferecidas pela UFAM em todos os processos seletivos com ingresso em 2010, com o seguinte desdobramento: O PSM seria substituído pelo ENEM a partir do PSM/2010, com candidatos concorrendo a 50% das vagas iniciais oferecidas por curso (vagas para cursos da capital); o PSMV, por sua vez, seria substituído pelo ENEM a partir do PSMV/2010/11, com candidatos concorrendo a 50% das vagas iniciais oferecidas por curso (vagas para cursos dos Campi do Interior); já o PSC se mantém com sua estrutura atual, com candidatos concorrendo às 50% restantes das vagas iniciais oferecidas por curso (vagas para todos os cursos) (BRASIL. UFAM, 2009c).

No mesmo ano, em setembro de 2009, a Resolução n. 046 do CONSEPE altera o inciso III e sua alínea "a", do art. 1º, da Resolução n. 26/2006 do mesmo Conselho, passando a vigorar a seguinte redação: Inciso III "Oportunidade aos alunos concluintes do ensino médio que estejam participando do PSC", alínea "a" "50% (cinquenta por cento) das vagas iniciais para os cursos oferecidos no município de Manaus" (BRASIL. UFAM, 2009d).

No art. 1º das Resoluções n. 024 de maio de 2012 e n. 047 de outubro de 2014 do CONSEPE/CEG por meio do PSE a UFAM provê a oferta de vagas ociosas em seus cursos de graduação, conforme as modalidades seguintes: I – Transferência Facultativa Externa (TFE); II – Portador de Diploma de Curso Superior (PD); III – Reopção de curso (RC); e IV – Transferência Facultativa Interna (TFI) (BRASIL. UFAM, 2012b e 2014c).

Contudo, em 2015, a Resolução n. 043 de dezembro de 2015 do CONSEPE, regulamenta os critérios de acesso às vagas ofertadas nos cursos de graduação da UFAM, nos Processos Seletivos da Capital e Interior, a partir do ano de 2016 e revoga a Resolução N° 005/2009, do mesmo Conselho, de 07 de maio de 2009. Em seu art. 1º A UFAM adotará, a partir do ano de 2016, para a oferta de vagas em seus cursos de graduação regulares e presenciais os seguintes processos seletivos: I – SiSU/ENEM para a oferta de até 50% das vagas em todos os cursos de graduação; E III – PSI para a oferta de no mínimo 50% das vagas nos cursos de graduação das Unidades Acadêmicas localizadas no Interior do Estado do Amazonas (BRASIL. UFAM, 2015c).

Ainda no seu 2º parágrafo, “as vagas não preenchidas após a terceira chamada do SiSU/ENEM e não havendo candidatos aprovados em lista de espera, serão remanejadas para o PSI nos cursos de graduação das Unidades Acadêmicas localizadas no Interior do Estado do Amazonas”. O 3º parágrafo, por sua vez, relata que “quando houver vagas remanescentes do PSC por não haver candidatos aprovados em lista de espera, tais vagas serão oferecidas em segunda ou terceira chamada aos candidatos aprovados na lista de espera do ENEM/SiSU”. Finalmente o 4º parágrafo aborda que “o remanejamento das vagas entre os referidos processos ocorrerá à medida que houver vagas ociosas e inexistência de candidatos aprovados em lista de espera” (BRASIL. UFAM, 2015c).

Em seu art. 2º O PSC “não mais será realizado, a partir do ano de 2018, para os cursos das Unidades Acadêmicas localizadas no Interior do Estado do Amazonas”. O Parágrafo Único traz que “a oferta das vagas mediante o Processo Seletivo Contínuo (PSC) para os cursos das Unidades Acadêmicas localizadas no Interior do Estado do Amazonas deixará de ser realizada, gradativamente, até que se conclua o ciclo iniciado em 2015” (BRASIL. UFAM, 2015c).

Em abril de 2016, a Resolução n. 020 do CONSEPE estabeleceu normas para a realização do PSI, no âmbito da UFAM. Assim, resolveu no seu art. 1º aprovar o regulamento que disciplina a realização do PSI, constante no Anexo I desta resolução. Onde no Anexo I, Capítulo I da inscrição e seleção do candidato, no art. 1º “as vagas ofertadas por meio do PSI serão destinadas ao candidato concluinte ou que tenha concluído o Ensino Médio” (BRASIL. UFAM, 2016a).

Considerações Finais

Neste artigo descrevemos as formas de ingresso adotadas no ICET/UFAM ao longo do seu desenvolvimento, nas relações estabelecidas com o processo de democratização do acesso da população em condição socioeconômica desfavorável. A discussão sustentou-se nos aspectos teóricos apresentados nos estudos de políticas públicas de educação, como também, nos dados apurados junto ao Instituto.

Argumentou-se que as ações afirmativas são políticas públicas educacionais voltadas ao acesso à educação superior pública dos grupos sociais mais desfavorecidos ou discriminados que tem como propósito combater a desigualdade e discriminação. Essas ações afirmativas, de acordo com Gomes (2001) podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas educacionais de caráter compulsório, concebidas com vistas ao combate à discriminação, bem como para corrigir ou diminuir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação.

No ICET, desde sua criação, em 2007, apesar de todas as mudanças ocorridas nos processos de seleção, até 2012, todas as vagas nos seus cursos de graduação eram ofertadas por meio da ampla concorrência, e só a partir de 2013, começou a ser ofertado progressivamente reserva de vagas por meio das cotas, e a partir de 2015 começou a ser adotada a bonificação.

A reserva de vagas e a bonificação são ações afirmativas implantadas com o intuito de diminuir a desigualdade e promover o direito e a democratização. Para Bittencourt (2017) a democratização da educação pública, na sua dimensão de acesso ao ensino superior está relacionada com a implantação de políticas públicas que visam dar conta da educação como direito social.

Ainda em 2007, o primeiro processo de seleção adotado pelo ICET para os seus cursos de graduação foi o PSMV (antigo vestibular) e no ano seguinte passou a adotar paralelamente o PSC. A partir de 2010, o PSMV deu lugar ao SISU/ENEM que juntamente com o PSC passaram a ser os dois processos seletivos adotados para o preenchimento de 100% das vagas iniciais ofertadas pelos cursos de graduação. No entanto, de 2010 a 2015, o PSMV continuou sendo adotado, agora para o preenchimento das vagas remanescentes destes dois processos. Em 2016, o PSI substituiu o PSMV no preenchimento das vagas remanescentes do SISU/ENEM e PSC e em 2019, substituiu o PSC no preenchimento de 50% das vagas iniciais ofertadas pelos cursos de graduação do ICET/UFAM.

Com base nesses resultados, sem a comparação de resultados de outros estudos desenvolvidos no ICET/UFAM antes da adoção das ações afirmativas e pela complexidade do conceito de democratização, pode-se compreender que as mudanças efetivadas nos processos seletivos com vistas à reserva de vagas sinalizam o início de um movimento de ampliação do acesso a populações até então alijadas das IES públicas, porém torna-se muito subjetivo afirmar que estas políticas públicas educacionais tenham realmente proporcionado à democratização do acesso a educação superior pública. Com isso, recomendamos a necessidade na continuidade dos estudos para que possamos comparar resultados e afirmar a real contribuição das ações afirmativas no processo de democratização da educação superior no ICET.

Referências

AMARAL, Shirlena Campos de Souza; MELLO, Marcelo Pereira. Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior: Avançando na análise da Política de Cotas com a Utilização do ENEM/SISU na UENF. **Revista Científica Internacional**, edição 25, v. 1, artigo n. 3, p. 33–60, abr./jun. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/238-537-1-SM.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BARBOSA, Maria Gláucia Linhares Batista. **As Políticas Educacionais da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia (1998-2010)**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

BARBOSA NETO, Donizete Calheiros Marques *et al.* Políticas Públicas e Programas de acesso a Educação Superior no Brasil: um estudo sobre o FIES. **PROFIAP – Mestrado profissional em administração pública**, (s.d.). Disponível em: <http://www.profiap.org.br/profiap/eventos/2016/i-congresso-nacional-de-mestrados-profissionais-em-administracao-publica/anais-do-congresso/41422.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BARBOSA, Valci Aparecida. **Políticas de democratização da educação superior: análise do Programa de Integração e de Inclusão Étnico-racial da Unemat – PIIER/UNEMAT (2005/2 a 2011/1)**. 2013. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2013.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BITTENCOURT, Evaldo de Souza. Políticas de Educação na atualidade como desdobramento da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. In: MORAES, Bianca Mota... [et al.]. **Políticas Públicas de Educação**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1161651/livropoliticaspUBLICASdeeducacao_vol1_versaodigital_1ed.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

BORGES, Gabriela Ferreira de Mello; ARAÚJO, Clarice Alves; PEREIRA, Dulceana. Políticas Públicas e Políticas Educacionais: primeiras aproximações. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 62-75, out. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/673-3095-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.711%2C%20DE%2029%20DE%20AGOSTO%20DE%202012.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20ingresso%20nas%20Art. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: **Presidência da República**, 28 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/13409.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.409%2C%20DE%2028,das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20federais%20de%20ensino. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade do Amazonas. Resolução nº 017/98. Dispõe sobre o Concurso Vestibular (Processo Seletivo Macro) para o ano letivo de 1999. Manaus, AM: **Conselho de Ensino e Pesquisa – CONSEP UFAM**, 21 jul. 1998 (1998a). Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0171998sep.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade do Amazonas. Resolução nº 018/98. Dispõe sobre o Processo Seletivo Continuo – PSC, para ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade do Amazonas. Manaus, AM: **Conselho de Ensino e Pesquisa – CONSEP UFAM**, 21 jul. 1998 (1998b). Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0181998sep.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade do Amazonas. Resolução nº 027/2002. Estabelece Normas para a Realização do Processo Seletivo Continuo – PSC, a partir do projeto 2005. Manaus, AM: **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP UFAM**, 7 mai. 2002 (2002x). Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0272002sep.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Resolução nº 036/2002. Disciplina o remanejamento de vagas excedentes do PSC para o PSMV e vice-versa. Manaus, AM: **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEP UFAM**, 30 jul. 2002 (2002x). Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0362002sep.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Resolução nº 026/2006. Altera o inciso III do Art. 2º da Resolução nº 027/2002 – CONSEPE, que trata do Processo Seletivo Continuo, para ingresso nos cursos de graduação da UFAM. Manaus, AM: **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEP UFAM**, 12 abr. 2006 (2006a). Disponível em: http://www.comvest.ufam.edu.br/arquivo/altera_resolucaoopsc.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Resolução nº 027/2006. Altera a Resolução n. 040/2004 – CONSEPE, de 13.05.2005, normalizadora do PSM/UFAM. Manaus, AM: **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEP UFAM**, 11 mai. 2006 (2006b). Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0272006sep.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 002, de 10 de abril de 2007. PSMV 2007, Manaus, AM: **Gabinete do Reitor UFAM**, abr. 2007 (2007a). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20psmv%202007.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 003, de 05 de julho de 2007. PSC 2008, Manaus, AM: **Gabinete do Reitor UFAM**, 05 jul. 2007 (2007b). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20psc%202008.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 024, de 08 de agosto de 2008. PSC 2009, Manaus, AM: **Gabinete do Reitor UFAM**, 08 ago. 2008 (2008a). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20psc%202009.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. **Edital nº 025, de 16 de julho de 2009**. PSC 2010, Manaus, AM: UFAM, 16 jul. 2009 (2009a). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20psc%202010.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 19, de 22 de abril de 2009. PSMV 2009, Manaus, AM: **Gabinete do Reitor UFAM**, abr. 2009 (2009b). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20psmv%202009.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Resolução nº 005/2009. Manaus, AM: **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP UFAM**, 7 mai. 2009 (2009c). Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0052009sep-.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Resolução nº 046/2009. Manaus, AM: **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP UFAM**, 25 set. 2009 (2009d). Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0462009sep-.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 028, de 21 de abril de 2010. PSMV 2010, Manaus, AM: **Gabinete do Reitor UFAM**, 21 abr. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20psmv%202010.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 28, de 20 de abril de 2011. PSMV 2011, Manaus, AM: **Gabinete da Reitora UFAM**, 20 abr. 2011 (2011a). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20psmv%202011.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 044, de 16 de agosto de 2011. PSC 2012, Manaus, AM: **Gabinete da Reitora UFAM**, 16 ago. 2011 (2011b). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSC%202012.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 27, de 12 de abril de 2012. PSMV 2012, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 12 abr. 2012 (2012a). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20psmv%202012.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Resolução nº 024/2012. Altera a Resolução n. 025/2011-CEG-CONSEPE que consolida e ajusta as normas internas relativas ao Processo Seletivo Extramacro. Manaus, AM: **Câmara de ensino de Graduação – CEG UFAM**, 9 mai. 2012 (2012b). Disponível em: [file:///C:/Users/user/Desktop/Conteudo%20do%20computador/Mestrado%20-%20Geral%20atualizado/Resultados/Material/Utilizado/-%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20024-2012%20\(PSE\).pdf](file:///C:/Users/user/Desktop/Conteudo%20do%20computador/Mestrado%20-%20Geral%20atualizado/Resultados/Material/Utilizado/-%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20024-2012%20(PSE).pdf). Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 030, de 26 de julho de 2012. PSC 2013, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 26 jul. 2012 (2012c). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSC%202013.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 029 de 13 de julho de 2013. PSMV 2013, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 13 jul. 2013 (2013a). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSMV%202013.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 031, de 10 de agosto de 2013. PSC 2014, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 9 ago. 2013 (2013b). Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSC%202014%2031_2013.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 38 de 07 de junho de 2014. PSMV 2014, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 6 jun. 2014 (2014a). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSMV%202014.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 041, de 13 de julho de 2014. PSC 2015, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 13 jul. 2014 (2014b). Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSC%202015%2041_2014.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Resolução nº 047/2014. Dispõe sobre as normas internas relativas ao Processo Seletivo Extramacro (PSE). Manaus, AM: **Câmara de ensino de Graduação – CEG UFAM**, 21 out, 2014 (2014c). Disponível em: http://www.comvest.ufam.edu.br/arquivo/resolucoes/Resolucao_Extramacro_0472014.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 050 de 28 de maio de 2015. PSMV 2015, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, mai. 2015 (2015a). Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSMV%202015%20050-2015.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. **Edital nº 0056, de 09 de julho de 2015**. PSC 2016, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 9 jul. 2015 (2015b). Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSC%202016%2056_2015.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. **Resolução nº 043/2015**. Regulamenta os critérios de acesso as vagas ofertadas nos cursos de graduação da UFAM, nos processos Seletivos da Capital e Interior, a partir do ano de 2016 e revoga a Resolução n. 005/2009. Manaus, AM: **Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP UFAM**, 4 dez. 2015 (2015c). Disponível em: <http://www.comvest.ufam.edu.br/arquivo/resolucoes/res0432015consepeUfam.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. **Resolução nº 020/2016**. Estabelece normas para a realização do Processo Seletivo para o Interior (PSI), no âmbito da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM: **Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP UFAM**, 20 abr. 2016 (2016a). Disponível em: <http://www.icet.ufam.edu.br/wp-content/uploads/2015/11/resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-020-2016.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 42, de 15 de julho de 2016. PSC 2017 – 3º etapa (3º série do ensino médio) projeto 2017, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 17 jul. 2016 (2016b). Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSC%202017%2042_2016.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 31 de 12 de junho de 2016. PSI 2016, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 12 jun. 2016 (2016c). Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSI%202016%2031_2016.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 31 de 13 de abril de 2017. PSI 2017, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 13 abr. 2017 (2017a). Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSI%202017%2031_2017.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 56, de 20 de julho de 2017. PSC 2018 – 3º etapa (3º série do ensino médio) projeto 2018, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 20 jul. 2017 (2017b). Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSC%202018%2056_2017.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 35 de 19 de abril de 2018. PSI 2018, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 20 abr. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSI%202018%2035_2018.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Edital nº 32 de 08 de abril de 2019. PSI 2019, Manaus, AM: **Comissão Permanente de Concursos – COMVEST UFAM**, 8 abr. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/Material%20utilizados/Edital%20PSI%202019.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CARMO, Erinaldo Ferreira *et al.* Discutindo as Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior. **Revista Educação**, Guarulhos, v. 10, n. 1, p. 17-28, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/discutindo-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas.pdf>. <http://user/Downloads/673-3095-1-PB.pdf> Acesso em: 28 mar. 2020.

CARVALHO, Francisca Eliane Dias de. **Fatores Socioeconômicos Associados ao Desempenho dos Estudantes na Prova de Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**. 2017. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2017.

CORDEIRO, Ana Luiza Alves. Ações afirmativas na educação superior: mulheres negras cotistas e mobilidade social. **Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ**, Chapecó, ano 17, n. 30, vol. 1, p. 297-314, jan./jun. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/1572-5161-2-PB.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luis Augusto. Ações Afirmativas Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro: um Panorama Analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/15.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

FERREIRA, Maria Gorete. **Direito a Educação e Política Pública de Acesso ao Ensino Superior: um debate sob a Perspectiva dos Beneficiários do Prouni**. 2014. 197f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, 2014.

MARQUES, Maria Alice de Freitas. Políticas Educacionais nos Governos Lula e Dilma: Impactos na Expansão do Ensino Superior e Profissional. **Id on Line: Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v. 12, n. 41, p. 661-676, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/1249/1814>. Acesso em: 28 mar. 2020.

NASCIMENTO JÚNIOR, Deomário Ferreira do *et al.* Perfil Socioeconômico dos Alunos do Curso de Licenciatura em Química da UEPB. **Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB**. 2011. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enect/trabalhos/Comunicacao_715.pdf. Acesso em 01 abr. 2020.

PAULA, Alisson Slider do Nascimento de; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de. Os mecanismos de Acesso a Educação Superior no Governo Lula da Silva. **Impulso**, Piracicaba, 25 (64), p. 7-27, set./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/2398-12568-5-PB.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00301.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

REIS, Ana Maria dos. **Democratização do Acesso e Políticas Afirmativas na Educação Superior**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2008.

RISTOFF, Dilvo. Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENAD (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, jul./dez. 2013. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N4.pdf. Acesso em: 28 de março de 2020.

SILVA, Amanda Gonçalves da; MORAIS, Adrielly Ribas; VARGAS Hustana Maria. Políticas Públicas de Acesso e Permanência no Ensino Superior: Trajetórias Universitárias de Estudantes da Favela da Maré/RJ. **II CONEDU – Congresso Nacional de Educação**, [s.d.] Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD4_SA3_ID8034_08092015193033.pdf. Acesso em: 28 de março de 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 28 de março de 2020.

SOUZA, Joiciane Aparecida de. **Políticas de Acesso à Educação Superior: Flexibilização e Democratização do Ingresso na Universidade**. 2007. 239f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.